



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 297/2016 - UFPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

NÍVEL D (Nível Médio)
TÉCNICO EM AUDIOVISUAL

19 de fevereiro de 2017

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

CARTA POR UM MUNDO SEM VIOLÊNCIA

1 A violência é uma doença passível de prevenção. Nenhum estado ou indivíduo pode estar seguro
2 em meio a um mundo sem segurança. Os valores de não violência na intenção, no pensamento e na ação
3 se transformaram de opção a necessidade. Esses valores encontram expressão na sua aplicação no
4 relacionamento entre estados, grupos e indivíduos. Estamos convictos de que a adesão aos valores da não
5 violência trará uma ordem mundial mais pacífica e civilizada, na qual haverá de fato uma governança justa
6 e eficaz, que respeita a dignidade humana e a santidade da vida. Nossas culturas, histórias e vidas
7 individuais estão interconectadas, e nossas ações são interdependentes. Hoje, mais do que nunca, não
8 podemos ignorar esta verdade: nosso destino é um destino comum. E esse destino será definido pelas
9 nossas intenções, decisões e ações no presente. Estamos convictos ainda de que, não obstante difícil, o
10 processo de criar uma cultura de paz e não violência é necessário e nobre. A afirmação dos valores contidos
11 nesta Carta é um passo vital para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade e a
12 consecução de um mundo sem violência.

13 Nós, Laureados com o Prêmio Nobel da Paz, reafirmando nosso compromisso com a Declaração
14 Universal dos Direitos Humanos, movidos pela preocupação e necessidade de pôr fim à disseminação da
15 violência em todos os níveis da sociedade, e principalmente às ameaças de escala global que põem em
16 risco a sobrevivência da raça humana, pedimos à comunidade global que promova os seguintes princípios:

17 Primeiro: Em um mundo interdependente a prevenção e cessação de conflitos armados entre e
18 dentro dos estados poderá exigir a ação coletiva da comunidade internacional. A segurança de um país ou
19 estado individual pode ser obtida pela promoção da segurança humana global. Isto requer o fortalecimento
20 da capacidade de implementação do sistema das Nações Unidas, e também da cooperação entre
21 organizações regionais. Segundo: Para ter um mundo sem violência, os estados devem respeitar o estado
22 de direito e sempre honrar seus compromissos legais. Terceiro: É fundamental avançarmos sem demora
23 para a eliminação universal e verificável de todas as armas nucleares e de destruição em massa. Os
24 estados que possuem tais armas devem tomar medidas concretas em direção ao desarmamento e à criação
25 de um sistema de segurança que não dependa de intimidação nuclear. Quarto: A fim de contribuir para a
26 eliminação da violência na sociedade, a produção e venda de armas leves deve ser reduzida e fortemente
27 controlada em nível internacional, regional, nacional e local. Quinto: O terrorismo jamais pode ser justificado,
28 pois a violência sempre gera violência, e porque nenhum ato de terror contra populações civis de qualquer
29 país pode ser levado a cabo em nome de causa alguma. Mas a luta contra o terrorismo não pode justificar
30 a violação de direitos humanos, leis humanitárias internacionais ou normas civilizatórias e democráticas.
31 Sexto: Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional pela igualdade,
32 liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos,
33 instituições estatais, religiões e sociedade civil. Sétimo: Todos os indivíduos e estados partilham da
34 responsabilidade pela prevenção da violência contra crianças e jovens, nosso futuro comum e mais precioso
35 dom. Todos eles têm direito à educação de qualidade, cuidados básicos de saúde eficazes, segurança
36 pessoal, proteção social, plena participação na sociedade e um ambiente propício que reforce a não
37 violência como estilo de vida. A educação para a paz, que promove não violência e enfatiza a qualidade
38 humana inata da compaixão, deve ser parte essencial do currículo das instituições educacionais de todos
39 os níveis. Oitavo: Prevenir os conflitos advindos da falta de recursos naturais, principalmente fontes de
40 energia e água, requer que os estados, afirmativamente e pela criação de padrões e mecanismos legais,
41 garantam a proteção do meio ambiente e motivem a população a ajustar seu consumo segundo a
42 disponibilidade de recursos e verdadeiras necessidades humanas. Nono: Pedimos às Nações Unidas e
43 seus estados membros que promovam a apreciação da diversidade étnica, cultural e religiosa. A regra de
44 ouro do mundo não violento é: Trate os outros da forma como deseja ser tratado. Décimo: Os principais
45 instrumentos políticos que levam ao nascimento de um mundo não violento são instituições democráticas
46 que funcionem e o diálogo baseado na dignidade, conhecimento e compromisso, conduzido com vistas ao
47 equilíbrio dos interesses das partes envolvidas. Décimo Primeiro: Todos os estados, instituições e
48 indivíduos devem apoiar os esforços para diminuir a desigualdade na distribuição dos recursos econômicos
49 e resolver as desigualdades mais gritantes que constituem solo fértil para a violência. O desequilíbrio nas
50 condições de vida leva inevitavelmente à falta de oportunidades e, em muitos casos, à perda da esperança.
51 Décimo Segundo: A sociedade civil (inclusive os defensores dos direitos humanos e da paz) e os ativistas
52 ecológicos devem ser reconhecidos e protegidos como grupos essenciais para a construção de um mundo
53 não violento, pois todos os governos devem servir às necessidades de seu povo. Devem ser criadas
54 condições para permitir e incentivar a participação da sociedade civil, especialmente das mulheres, nos
55 processos políticos em nível global, regional, nacional e local. Décimo Terceiro: Ao implementar os
56 princípios dessa Carta, convidamos todos a trabalharem juntos por um mundo mais justo, livre da prática



57 do matar, no qual todos tenham o direito de não serem mortos e a responsabilidade de não matar ninguém.
58 A fim de combater todas as formas de violência, incentivamos a pesquisa científica em todos os campos da
59 interação e diálogo humanos e pedimos a participação das comunidades acadêmica, científica e religiosa
60 para que nos ajudem na transição para sociedades não violentas onde não se mata.

Este documento é resultado de vários anos de trabalho de pessoas e organizações laureadas com o Prêmio Nobel da Paz. A minuta foi aprovada na 7ª Cúpula Mundial como “Primeira Minuta para uma Carta por um Mundo Sem Violência”. A versão final foi aprovada pelos Laureados com o Prêmio Nobel da Paz na 8ª Cúpula dos Laureados com o Prêmio Nobel da Paz em 2007.

<http://www.comitepaz.org.br/download/carta%20por%20um%20mundo%20sem%20viol%C3%Aancia.pdf>

Texto adaptado.

- 1 Com base no texto “Carta por um mundo sem violência”, é CORRETO afirmar que
- (A) diferentes formas de violência ocorrem diariamente no mundo, pondo em risco a vida de seres humanos, animais, vegetais.
 - (B) a vida de todos os povos da terra, embora não seja idêntica da perspectiva étnico-cultural, está plenamente interconectada.
 - (C) a diversidade étnica, cultural e religiosa é apontada como a principal causa de conflitos no mundo.
 - (D) a participação das mulheres aumentou consideravelmente nos processos civilizatórios do mundo moderno.
 - (E) o trabalho para a construção de um mundo não violento depende essencialmente de políticas públicas que tornem isso viável.
- 2 O texto “Carta por um mundo sem violência” tem como objetivo
- (A) traçar um plano para apoiar o diálogo entre os países.
 - (B) incentivar a erradicação de formas específicas de violência.
 - (C) promover a inter-relação étnica, cultural e religiosa entre os povos.
 - (D) estimular a vida em comunidade no mundo.
 - (E) indicar caminhos para buscar a paz no mundo.
- 3 O trecho “Em um mundo interdependente a prevenção e cessação de conflitos armados entre e dentro dos estados poderá exigir a ação coletiva da comunidade internacional.” (linhas 17 e 18) pode ser reescrito, sem prejuízo de compreensão e conteúdo, como
- (A) “Em um mundo conectado a prevenção e o fim de problemas armados entre e nos estados exigirá a atuação total da comunidade internacional.”
 - (B) “A atuação combinada do coletivo internacional será fundamental para prevenir conflitos armados em um mundo interconectado.”
 - (C) “Para precaver e dar cabo a conflitos armados entre e nos estados poder-se-á requerer atuação conjunta da comunidade internacional, num mundo interdependente.”
 - (D) “Como forma de premunir e interromper conflitos, o mundo inter-relacionado demandará a ação coletiva dos e para os estados.”
 - (E) “Cessar e prevenir conflitos poderá demandar uma ação combinada entre e nos estados, para que um mundo conectado de fato exista.”
- 4 No trecho “O terrorismo jamais pode ser justificado, **pois** a violência sempre gera violência, e **porque** nenhum ato de terror contra populações civis de qualquer país pode ser levado a cabo em nome de causa alguma. **Mas** a luta contra o terrorismo não pode justificar a violação de direitos humanos, leis humanitárias internacionais ou normas civilizatórias e democráticas.” (linhas 27 a 30), os conectivos destacados implicam, respectivamente, relações semânticas de
- (A) causa, causa e oposição.
 - (B) explicação, explicação e adversidade.
 - (C) condição, explicação e adversidade.
 - (D) inclusão, oposição e explicação.
 - (E) concessão, causa e oposição.



- 5 No trecho “A educação para a paz, **que promove não violência e enfatiza a qualidade humana inata da compaixão**, deve ser parte essencial do currículo das instituições educacionais de todos os níveis.” (linhas 37 a 39), as orações em negrito contribuem para
- (A) distinguir o tipo de educação mencionado.
 - (B) qualificar a paz em questão.
 - (C) explicar o que é a educação para a paz.
 - (D) delimitar a educação para a paz pretendida.
 - (E) intensificar o sentido de educação para a paz.
- 6 Tem-se, no trecho “A regra de ouro do mundo não violento é: **Trate os outros da forma como deseja ser tratado**.” (linhas 43 e 44), um exemplo de oração imperativa que expressa
- (A) inclinação.
 - (B) ordem.
 - (C) ênfase.
 - (D) persuasão.
 - (E) sugestão.
- 7 No trecho “A sociedade civil (inclusive os defensores dos direitos humanos e da paz) e os ativistas ecológicos devem ser reconhecidos e protegidos como grupos essenciais para a construção de um mundo não violento.” (linhas 51 a 53), afirma-se que os parênteses poderiam ser substituídos por
- I vírgulas.
 - II ponto e vírgula.
 - III hifens.
 - IV travessões.
 - V dois-pontos.
- Estão CORRETOS os itens
- (A) I e II, somente.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) I e IV, somente.
 - (E) IV e V, somente.
- 8 O item lexical em negrito, no trecho “Devem ser criadas condições para permitir e incentivar a participação da sociedade civil, **especialmente** das mulheres, nos processos políticos em nível global, regional, nacional e local.” (linhas 53 a 55), foi empregado para
- (A) selecionar o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (B) destacar o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (C) incluir o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (D) inverter o complemento nominal ‘das mulheres’.
 - (E) combinar o complemento nominal ‘das mulheres’.



- 9 De acordo com a regência nominal padrão, poder-se-ia reescrever o trecho “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional pela igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.” (linhas 31 a 33) como
- (A) “Para pôr fim a violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional a igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
 - (B) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional à igualdade, liberdade, dignidade e aos direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
 - (C) “Para pôr fim a violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional da igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
 - (D) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional para com igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
 - (E) “Para pôr fim à violência doméstica e familiar é preciso respeito incondicional por cuja igualdade, liberdade, dignidade e direitos das mulheres, homens e crianças por parte de todos os indivíduos, instituições estatais, religiões e sociedade civil.”
- 10 Afirma-se que os trechos em que há predicados verbal e nominal são:
- I “A violência é uma doença passível de prevenção. Nenhum estado ou indivíduo pode estar seguro em meio a um mundo sem segurança.” (linhas 1 e 2)
 - II “A afirmação dos valores contidos nesta Carta é um passo vital para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade e a consecução de um mundo sem violência.” (linhas 10 a 12)
 - III “A fim de contribuir para a eliminação da violência na sociedade, a produção e venda de armas leves deve ser reduzida e fortemente controlada em nível internacional, regional, nacional e local.” (linhas 25 a 27)
 - IV “Prevenir os conflitos advindos da falta de recursos naturais, principalmente fontes de energia e água, requer que os estados, afirmativamente e pela criação de padrões e mecanismos legais, garantam a proteção do meio ambiente...” (linhas 39 a 41)
 - V “A fim de combater todas as formas de violência, incentivamos a pesquisa científica em todos os campos da interação e diálogo humanos...” (linhas 58 e 59)

Estão CORRETOS

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) IV e V, somente.
- (E) I, II e IV, somente.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os requisitos básicos para investidura em cargo público. Além de ter a nacionalidade brasileira e aptidão física e mental, os outros requisitos básicos são:
- (A) A quitação com as obrigações militares e eleitorais e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, somente.
 - (B) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) O gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais, somente.
 - (D) A idade mínima de dezoito anos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e o gozo dos direitos políticos, somente.
 - (E) O gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e a idade mínima de dezoito anos.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é CORRETO afirmar que, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio, probatório por período de
- (A) 24 (vinte e quatro) meses.
 - (B) 36 (trinta e seis) meses.
 - (C) 12 (doze) meses.
 - (D) 48 (quarenta e oito) meses.
 - (E) 60 (sessenta) meses.
- 13 Além dos quesitos exoneração, demissão e promoção, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os outros quesitos em que decorrerá a vacância do cargo público são:
- (A) Readaptação, aposentadoria e falecimento, somente.
 - (B) Aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável, somente.
 - (C) Posse em outro cargo inacumulável e falecimento, somente.
 - (D) Readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
 - (E) Falecimento, aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável, somente.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. É o que contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Para fins do disposto nesta Lei, é CORRETO afirmar que poderá ser concedido remoção ao servidor a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, nas seguintes situações:
- (A) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, somente.
 - (B) Por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (C) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (E) Para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração, somente.



- 15 De acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, conceder-se-á ao servidor, além das licenças por motivo de doença em pessoa da família; para serviço militar e para capacitação, as seguintes:
- (A) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política e para tratar de interesses particulares, somente.
 - (B) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista.
 - (C) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para atividade política, somente.
 - (D) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesses particulares, somente.
 - (E) Para atividade política; para tratar de interesses particulares e para desempenho de mandato classista, somente.
- 16 O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependem. Essas são duas de várias outras vedações ao servidor público, de acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. É vedado ainda
- (A) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; desviar servidor público para atendimento a interesse particular e retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
 - (B) Retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público e ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
 - (C) Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem; ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal e resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
 - (D) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las; zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva e ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição e participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.
- 17 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento tem por objetivo, dentre outros, o de contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão. Entre os objetivos que o referido Decreto contempla, destaca-se:
- (A) Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, exclusivamente.
 - (B) Capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE, exclusivamente.
 - (C) Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública e capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE.
 - (D) Capacitar o terceirizado para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE, exclusivamente
 - (E) Capacitar o celetista para o desenvolvimento de ações de gestão pública, exclusivamente.



- 18 A gestão dos cargos do Plano de Carreira obedece a vários princípios e diretrizes, como: I – natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; II – dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes. É o que contempla a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Outros princípios e diretrizes podem ser identificados, como:
- (A) Qualidade do processo de trabalho; reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão e vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições, somente.
 - (B) Investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais e garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal, somente.
 - (C) Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários e oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas, somente.
 - (D) Qualidade do processo de trabalho; reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições e investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários; e oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (E) Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público e desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais, somente.
- 19 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dentre outras finalidades, objetivos, diretrizes e instrumentos, o referido Decreto contempla o afastamento para treinamentos regularmente instituídos, que somente serão autorizados quando o horário do evento de capacitação inviabilizar o cumprimento da jornada semanal de trabalho do servidor, observados os seguintes prazos:
- (A) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até quarenta e oito meses, para doutorado; até doze meses, para pós-doutorado ou especialização e até seis meses, para estágio.
 - (B) Até trinta e seis meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.
 - (C) Até trinta e seis meses, para mestrado; até quarenta e oito meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até seis meses, para estágio.
 - (D) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até doze meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.
 - (E) Até vinte e quatro meses, para mestrado; até sessenta meses, para doutorado; até vinte e quatro meses, para pós-doutorado ou especialização e até doze meses, para estágio.

- 20 O Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA é uma das competências do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública, instituído pelo referido Decreto. Outras competências podem ser identificadas, dentre elas:
- (A) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA e constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA, somente.
 - (B) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA e monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA, somente.
 - (C) Constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA e certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA, somente.
 - (D) Articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) Monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos, somente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Observe os conectores abaixo.



Esses conectores correspondem, respectivamente, a

- (A) BNC, canon, banana.
 - (B) XLR3, P1 e BNC.
 - (C) banana, S-VHS e canon.
 - (D) S-VHS, RCA e BNC.
 - (E) RCA, XLR3 e P2.
- 22 O sistema que deve ser usado para projeção de imagens em uma tela de modo a constituir-se um fundo projetado à frente da qual pode ficar o elenco, o público ou equipe de filmagem sem que suas sombras sejam projetadas na tela é chamado
- (A) retroprojeção de transparências.
 - (B) backprojection em tela opaca.
 - (C) projeção dissimulada.
 - (D) backprojection em tela translúcida.
 - (E) projeção invertida.



- 23 O mecanismo que permite a transmissão de vídeo pela internet sem que as informações do vídeo fiquem armazenadas pelo usuário em seu próprio computador, evitando assim ocupar espaço no disco rígido (HD), é chamado
- (A) download.
 - (B) streaming.
 - (C) torrente.
 - (D) upload.
 - (E) broadcast.
- 24 Das extensões descritas abaixo, aquelas que são específicas de arquivos de áudio e vídeo digital são
- (A) AVI, MOV, XLS, VOB.
 - (B) MP3, MPEG, MDI, HTML.
 - (C) MPEG, MP4, WMV, PDF.
 - (D) AVI, WAV, MPEG, MP3.
 - (E) ASF, AVI, MP3, PSD.
- 25 Chroma subsampling é um
- (A) processo de compressão de vídeo em que o sinal relativo às cores é mais comprimido do que o sinal relativo à luminosidade.
 - (B) processo de filmagem para recorte do fundo com o intuito de se inserir outro cenário na imagem.
 - (C) efeito em que se transformam imagens coloridas em imagens preto e branco.
 - (D) tipo de filtro digital que serve para acentuar as cores de uma imagem.
 - (E) defeito que surge durante a transmissão de TV, afetando as cores da imagem.
- 26 O movimento de aproximação feito por uma câmera se deslocando em cima de um carrinho de modo a mudar de um plano médio para um plano mais fechado é chamado de
- (A) zoom.
 - (B) tilt.
 - (C) pan.
 - (D) traveling.
 - (E) fade in.
- 27 Se uma câmera está ajustada corretamente com a ISO 500, iris f/5.6 e tempo de exposição 1/60, a alternativa que propõe um ajuste de câmera para capturar a cena mantendo a mesma luminosidade é
- (A) ISO 125, iris f/4.0 e t=1/30.
 - (B) ISO 1000, iris f/2.8 e t=1/120.
 - (C) ISO 250, iris f/11 e t=1/48.
 - (D) ISO 100, iris f/2.0 e t=1/15.
 - (E) ISO 250, iris f/5.6 e t = 1/60.
- 28 Para que haja a digitalização de uma imagem, é preciso que a luz que incide sobre o objeto reflita em direção à câmera. Em seguida, células fotossensíveis de um sensor captam a luz emitida pelo objeto e a convertem em sinal elétrico, que posteriormente é transformado em sinal digital. Nesta ordem sugerida, os menores elementos que compõem, respectivamente, os itens luz, sensor da câmera e sinal digital são
- (A) raios, fótons e pixels.
 - (B) fótons, pixels e bits.
 - (C) fótons, bits e bytes.
 - (D) bytes, bits e pixels.
 - (E) picth, pixels e bits.



29 A temperatura de cor de uma luz é a medida que define a cor da luz emitida por uma fonte luminosa. Com base nessa informação, é CORRETO afirmar:

- (A) Quanto mais vermelha a luz, maior é sua temperatura de cor.
- (B) A menor temperatura de cor que existe é 0 Kelvin.
- (C) A temperatura de cor depende da fonte luminosa, sendo maior a do sol.
- (D) A temperatura de cor é menor em uma luz vermelha do que em uma azul.
- (E) A temperatura de cor varia conforme a temperatura do ambiente.

30 A resolução de vídeo é definida principalmente pelo número de linhas horizontais. Sendo assim, o número de linhas dos formatos HDTV, 4K e SDTV é, respectivamente,

- (A) 1920, 3860 e 720.
- (B) 1920, 4000 e 720.
- (C) 1080, 2160 e 480.
- (D) 1080, 1980 e 720.
- (E) 1440, 1080 e 480.

31 Dos softwares abaixo, são mais específicos para edição de imagem e edição de som, respectivamente,

- (A) premiere e flash.
- (B) protools e audition.
- (C) final cut e protools.
- (D) final cut e power point.
- (E) vegas e avid.

32 A proporção do formato de tela *Widescreen* é

- (A) 1:1,33
- (B) 3:4
- (C) 1:1,66
- (D) 16:9
- (E) 4:3

33 Os acessórios são ligados aos computadores por portas divididas em: entrada; saída; entrada e saída. Associe os seguintes acessórios com o tipo de dispositivo de conexão que utiliza: monitor sensível ao toque, impressora simples, mouse, projetor, teclado.

- | | | | |
|-----|--------------------------------|-----|---------------------------|
| I | Dispositivo de entrada | () | monitor sensível ao toque |
| II | Dispositivo de saída | () | impressora simples |
| III | Dispositivo de entrada e saída | () | mouse |
| | | () | projetor |
| | | () | teclado |

A sequência CORRETA é

- (A) III, II, I, II, III.
- (B) II, II, I, II, I.
- (C) II, II, II, III, I.
- (D) III, II, I, II, I.
- (E) III, I, III, III, II.



- 34 Em relação aos sistemas de cores CMYK e RGB, é CORRETO afirmar:
- (A) CMYK é a abreviatura do sistema de cores aditivas utilizado em monitores e é formado por Ciano (Cyan), Magenta (Magenta), Amarelo (Yellow) e Preto (Key). O preto é obtido com ausência das cores.
 - (B) RGB é a abreviatura do sistema de cores aditivas utilizado em monitores e é formado por Vermelho (Red), Verde (Green) e Preto (Black). O azul é obtido com a mistura de Verde (Green) com Preto (Black).
 - (C) CMYK é a abreviatura do sistema de cores subtrativas utilizado em impressoras e é formado por Ciano (Cyan), Magenta (Magenta), Amarelo (Yellow) e Preto (Key). O preto é obtido com a mistura das outras três cores, e, como não reproduz fielmente tons mais escuros, é necessário aplicar preto “puro”.
 - (D) RGB é a abreviatura do sistema de cores subtrativas utilizado em monitores e é formado por Vermelho (Red), Verde (Green) e Blue (Azul). O preto é obtido com a mistura das outras três cores.
 - (E) RGB é a abreviatura do sistema de cores subtrativas utilizado em monitores e é formado por Vermelho (Red), Verde (Green) e Blue (Azul). O branco é obtido pela ausência das três outras cores.
- 35 “Latitude de Exposição” em uma câmera é refere-se à(ao)
- (A) tamanho da largura do sensor da câmera.
 - (B) quantidade de linhas horizontais que formam o sensor da câmera.
 - (C) tipo de lente utilizada na câmera para captar planos mais abertos ou mais fechados.
 - (D) referente ao tamanho do visor da câmera.
 - (E) a diferença de intensidade de luz refletida medida em stops que uma câmera consegue captar ainda com detalhes.
- 36 O nome das lentes usadas para capturar imagens com foco extremamente próximo é
- (A) macro.
 - (B) grande angulares.
 - (C) teleobjetivas.
 - (D) normais.
 - (E) reflex.
- 37 A técnica de iluminação de três pontos utiliza simultaneamente três fontes de luz para iluminar uma pessoa. A alternativa cuja relação do ponto de luz com sua função NÃO está correta é
- (A) A luz principal ou key light ilumina o objeto definindo a principal característica da iluminação, como intensidade e tipo de sombra.
 - (B) A luz de enchimento ou fill light controla a intensidade luminosa das sombras causadas pela luz principal, podendo amenizar o contraste.
 - (C) O contraluz ou back light é uma luz que forma um alo de luz no objeto iluminado, criando uma silhueta e destacando-o do fundo.
 - (D) A luz de enchimento deve sempre estar do mesmo lado da luz principal e serve para reforçar a iluminação e suavizar as bordas da sombra.
 - (E) A luz principal pode ser produzida por uma fonte de luz dura ou suave, sendo que essa característica não define o contraste da cena.
- 38 Quando se aumenta o nível do volume de um equipamento de som, em relação às ondas sonoras o que aumenta é o(a)
- (A) frequência e o comprimento de onda.
 - (B) comprimento da onda.
 - (C) amplitude da onda.
 - (D) frequência da onda.
 - (E) velocidade da onda.



- 39 Ao editar e masterizar um filme ou vídeo, as pistas de áudio são divididas de um modo chamado de banda internacional. A alternativa correta quanto ao conteúdo de cada uma das pistas é
- (A) Uma com as músicas e os ruídos, e outra somente com as falas.
 - (B) Uma só com as músicas e falas, e outra somente com os ruídos.
 - (C) Uma só com ruídos, e outra só com as músicas.
 - (D) Ambas as pistas com os ruídos, as falas e as músicas.
 - (E) Uma só com os ruídos e as falas, e outra somente com as músicas.
- 40 O número do *time code* gravado junto com a imagem representa
- (A) dia, hora, minuto e segundo.
 - (B) fita, hora, minuto e segundo.
 - (C) hora, minuto, segundo e décimo de segundo.
 - (D) hora, minuto, segundo e frame.
 - (E) câmera, hora, minuto e segundo.
- 41 Nas entradas, saídas e cabos de microfone balanceados, o balanceamento do sinal de áudio tem a finalidade de
- (A) alimentar o microfone com energia.
 - (B) permitir a utilização de microfones estéreos.
 - (C) aumentar o sinal e diminuir o ruído.
 - (D) possibilitar uma melhor reprodução dos agudos.
 - (E) possibilitar uma melhor reprodução dos sons graves.
- 42 Um microfone “omnidirecional” é um microfone que capta
- (A) o som, não importando a direção em que este chegue a sua cápsula.
 - (B) o som igualmente no eixo da cápsula (0° e 180°), rejeitando o som que chega a 90° e a 270° .
 - (C) exclusivamente os sons emitidos na sua frente.
 - (D) na maioria os sons emitidos na sua frente, e apenas uma parte dos sons emitidos na parte de trás.
 - (E) os sons mais agudos, evitando os graves.
- 43 A taxa de amostragem ou de sampleamento é o que define o(a)
- (A) volume de um som.
 - (B) quantidade de vezes por minuto em que um som é repetido.
 - (C) quantidade de vezes por segundo em que um som é medido para ser digitalizado.
 - (D) frequência de um som.
 - (E) medida da ruidagem de um som.
- 44 O “som direto” é aquele que foi captado
- (A) por microfone com fio.
 - (B) diretamente na câmera e não em gravador separado.
 - (C) sem ensaio prévio.
 - (D) com a presença de entrevistador na cena.
 - (E) durante a gravação da cena.
- 45 Os tratamentos do sinal de áudio que podem ser adicionados e operados no timeline de uma pista de áudio são
- (A) color-balance, fade-in, crossfade, eco.
 - (B) automatização do nível de volume, crossfade, fade-in, fade-out.
 - (C) eco, fade-out, fusão, correção de gamma.
 - (D) crossfade, fusão, ajuste de volume, canal alpha.
 - (E) fusão, ajuste de volume, blur, fade.



- 46 Para a realização de uma obra audiovisual, a ordem CORRETA de algumas das etapas a serem seguidas é
- (A) pré-produção, edição, criação do roteiro, produção e finalização.
 - (B) criação do roteiro, produção, pós-produção, finalização e edição.
 - (C) criação do roteiro, pré-produção, produção, edição e finalização.
 - (D) pré-produção, criação do roteiro, produção, pós-produção e edição.
 - (E) produção, criação do roteiro, pós-produção, edição e finalização.
- 47 Montagem paralela é o nome que se dá quando
- (A) o filme tem várias histórias paralelas que acontecem em tempos diferentes.
 - (B) durante o filme acontecem as mesmas histórias em lugares diferentes.
 - (C) dois personagens vivem a história lado a lado.
 - (D) a história do filme tem semelhança com uma história real.
 - (E) duas cenas são editadas/montadas de modo alternado, como se acontecessem ao mesmo tempo e em locais diferentes.
- 48 Na narrativa clássica e naturalista, a montagem de um filme era feita de maneira que
- (A) evitasse o corte das imagens.
 - (B) as imagens fossem muito cortadas.
 - (C) os planos tivessem praticamente todos a mesma duração.
 - (D) os cortes fossem feitos na continuidade do movimento para que ficassem mais imperceptíveis.
 - (E) os cortes fossem feitos sem continuidade para criar um efeito dialético.
- 49 Na construção de uma obra audiovisual, decupagem é o processo operado
- (A) durante a edição para limpar as partes das imagens gravadas que não serão utilizadas.
 - (B) durante a realização do roteiro, em que se define o papel de cada personagem.
 - (C) após a realização do roteiro, planejando a alternância de planos a serem filmados.
 - (D) após a edição de imagem, quando é colocada a trilha sonora.
 - (E) durante a pré-produção, quando são definidos os atores que irão participar do filme.
- 50 Das opções abaixo, a que contém apenas profissionais específicos da produção audiovisual é
- (A) diretor, diretor de marketing, maquinista, arquivista e continuísta.
 - (B) diretor de fotografia, eletricitista, continuísta, marceneiro, diretor de marketing.
 - (C) revisor, figurinista, produtor de objetos, diretor de compras e vendas e desenhista de produção.
 - (D) dublador, maquinista, eletricitista, continuísta, diretor de produção e cenógrafo.
 - (E) diretor de arte, produtor de objetos, sonoplasta, continuísta e torneiro mecânico.